

INTER-RELAÇÃO ENTRE FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, PRÁTICA PEDAGÓGICA E PESQUISA NO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA – UMA REFORMA CURRICULAR

*Shirley Cristina Gonçalves¹
Marília Laboissière²*

RESUMO: Este texto consiste num relato de experiência de ensino através da pesquisa e da contextualização de pressupostos teórico-metodológicos em diferentes espaços e situações de ensino em disciplinas pedagógicas de um antigo Curso de Licenciatura em Educação Artística – Habilitação em Música em paralelo ao atual Curso de Licenciatura em Música de uma Universidade Federal em Minas Gerais. Ambas as experiências fundamentam-se no “Educar pela pesquisa” - difundido por Demo (1997) e discutido aqui segundo os pensamentos de Morato (2003), Moraes (2000), Hernández e Ventura (1998) – e nas “Relações da prática com a teoria na educação musical” – tema abordado no II Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical (Porto Alegre, 1993) e discutido aqui segundo os pensamentos de Hentschke (1993).

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia por projetos; Relação teoria, prática e pesquisa.

ABSTRACT: This text consists of a report of teaching experience through the research and of the use of theoretical-methodological presuppositions in different spaces and teaching situations in pedagogic disciplines of an old Course of Degree in Artistic Education - Qualification in Music in parallel to the current Course of Degree in Music of a Federal University in Minas Gerais. Both experiences are based in "Educating for the research" - spread for Demo (1997) and discussed here according to the thoughts of Morato (2003), Moraes (2000), Hernández and Ventura (1998) - and in the "Relationships of the practice with the theory in the musical education" - theme approached in the II Annual Encounter of the Brazilian Association of Musical Education (Porto Alegre, 1993) and discussed here according to the thoughts of Hentschke (1993).

KEYWORDS: Pedagogy for projects; Relationship theory, practice and research.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os cursos de graduação em música surgiram em 1930, quando foi fundado o primeiro curso na Escola de Música da Universidade do Brasil (hoje intitulada UFRJ). Ao longo dos anos foram se estendendo por todo o país com o intuito de capacitar os profissionais que atuam em diversos campos da música. Apesar de serem marcados por suas características de formação extremamente técnica, estes cursos vêm revisando suas propostas buscando atender as necessidades sociais, culturais, educacionais, etc.

Dessa forma, uma Universidade Federal, em Minas Gerais, procurou reformular a proposta curricular do curso de música, considerando a fundamentação teórica e metodológica necessárias para a atuação dos profissionais nos diversos campos do conhecimento musical e músico-educacional. Esta nova proposta, além de se aproximar da realidade dos profissionais, tenta contextualizar as questões teóricas dentro das práticas pedagógicas. Também, considera a necessidade de formação de indivíduos mais críticos, reflexivos e autônomos.

¹ Licenciada em Educação Artística – Habilitação em Música (Piano) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestranda em Música pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Música e Artes Cênicas na Universidade Federal de Goiás (EMAC – UFG), bolsista do CNPq.
e-mail: shirley_cristinag@yahoo.com.br

² Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC.SP/IRSCE.Fr) é professora da graduação e pós-graduação da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás (EMAC – UFG).
e-mail: mlaboissiere@hotmail.com

A reforma curricular então implementada se subsidiou na dinâmica social, nas variedades das práticas musicais e educativo-musicais, na influência política, histórica e social para a construção dos conhecimentos musicais, no perfil dos alunos e nas características profissionais dos docentes envolvidos (Coordenação, 2006).

Assim, o presente trabalho demonstra e busca discutir a transição do antigo para o novo projeto político-pedagógico desta instituição ressaltando como as deficiências do antigo programa foram superadas e os novos caminhos que a proposta implementada abre aos alunos, principalmente, no âmbito da inter-relação entre teoria, prática e pesquisa. Portanto, o relato desta experiência disponibiliza um exemplo para professores que se interessarem em construir uma ação pedagógica voltada para esta inter-relação na área de Educação Musical.

1- PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MÚSICA

De acordo com a Coordenação dos cursos³ de Música (2006, p. 19), a nova proposta curricular do curso de música desta Universidade Federal situada em Minas Gerais tem como um dos princípios norteadores a “autonomia artística e intelectual do aluno, quer no ensino, quer na sua construção do projeto das Atividades Acadêmicas Complementares, quer na iniciação à pesquisa que culmina com o trabalho de conclusão de curso”.

Outros princípios enfatizados na formação do profissional em música (Bacharelado e Licenciatura) são:

A articulação entre teoria e prática que significa ter a prática como referência básica e a teoria e a reflexão como possibilidade de expansão e aprimoramento da prática; a contextualização e a criticidade do conhecimento, ou seja, a compreensão de que o conhecimento musical e sobre música é socialmente construído e historicamente situado, portanto, relativo; e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a qual busca o desenvolvimento de atitudes investigativas e instigadoras dos estudantes, na articulação dos conhecimentos construídos nas universidades com as dimensões da sociedade (Coordenação, 2006, p.19).

Diante destes princípios norteadores que regem a nova proposta curricular do Curso de Música, faz-se necessário aqui discutir a Relações da prática pedagógica com a teoria na Educação Musical e a Pedagogia por projetos com o qual se ensina e aprende pela pesquisa.

1-1- RELAÇÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA COM A TEORIA NA EDUCAÇÃO MUSICAL

No II Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical, ocorrido em Porto Alegre em 1993, o tema abordado na conferência foi “Reflexões da Prática com a Teoria na Educação Musical no Brasil”. Neste encontro Hentschke (1993) alertou para o questionamento da nossa formação em música, em educação, em psicologia, colocando-nos a refletir sobre as disciplinas oferecidas nos cursos de música nas universidades brasileiras, propondo que avaliássemos se essas disciplinas seriam suficientes para exercermos as atividades de educadores musicais. Essas disciplinas deveriam tornar os alunos mais conscientes das abordagens de ensino adotadas em suas práticas educativas, demonstrando que a teoria não faz oposição a práticas e que, na verdade, uma fundamenta a outra.

³ Licenciatura ou Bacharelado ambos em Canto ou Instrumento.

O que geralmente ocorre é a busca de “receitas” por parte dos educadores, tentando solucionar problemas momentâneos das suas práticas através de “colagens” de atividades, tornando suas aulas um desenvolvimento de atividades após atividades sem um direcionamento concreto. Porém, o ideal seria ter sempre um plano de ação que possa mapear o desenvolvimento musical dos alunos e a partir deste plano solucionar problemas cotidianos na sala de aula promovendo a escolha de atividades apropriadas.

Além da escolha de atividades coerentes com a necessidade do aluno, os educadores musicais enfrentam problemas diários relacionados à falta de valorização da sua área de atuação. E, na tentativa de superação destes problemas devem contar com um bom direcionamento pedagógico, com boa fundamentação teórica e metodológica. Sem este direcionamento e fundamentação, na maioria das vezes, a prática da educação musical não supera a fase de ‘musicalização’ ou sensibilização musical através de voz ou instrumentos de percussão, enquanto o verdadeiro objetivo desta prática é mostrar e introduzir o aluno a um campo de conhecimento (Hentschke, 1993).

Assim, os alunos de graduação em música, e ao mesmo tempo atuantes na prática da educação musical, devem ser conscientes que nenhuma prática está desvinculada de teorias educacionais. As teorias estão sempre implícitas ou explícitas, envolvendo qualquer ato, atividade ou momento de ensino. E, desta forma, o professor deve sempre questionar e refletir sobre os pressupostos teóricos de acordo com seu contexto profissional, porém, tendo em mente que nenhuma teoria é a descrição literal deste contexto, mas que ela serve como apoio para reflexões contínuas sobre nossas práticas pedagógicas.

1-2- PEDAGOGIA POR PROJETOS: ENSINAR E APRENDER PELA PESQUISA

Segundo Moraes (2000, p. 18), denomina-se “produções no contexto da aula com pesquisa” aquelas que envolvem os alunos em questionamentos e na construção de argumentos expressos tanto oralmente como em trabalhos escritos. Este tipo de pesquisa proporciona uma produção autônoma e criativa dos alunos tornando-os mais participativos e críticos dentro do ensino. Esse modo de produção deve ter o máximo de liberdade e decisões pessoais, porém, é muito importante um bom e claro direcionamento do professor. Assim, deve ter passos sequenciais e organizados de forma a levar o aluno a uma produção científica final.

Um desafio é a escolha do tema. Portanto, o aluno é inserido num processo evolutivo de pesquisa:

Cada aluno elabora uma pesquisa com marca científica; é organizado um cronograma de fases evolutivas de produção e apresentação de trabalhos; fazem-se questionamentos e críticas públicos dos trabalhos; as aulas são transformadas em suporte operativo da pesquisa (Demo apud Moraes, 2000, p. 13).

O professor neste processo tem o papel de orientador, de mediador, ou seja, ele interfere quando o aluno solicita ou quando percebe dificuldades nas ações do aluno. Esse tipo de ensino promove ao aluno um melhor conhecimento de si e também o ajuda a fazer relações entre os seus conhecimentos e as investigações feitas. Além disso, os projetos de trabalho permitem a reflexão sobre sua própria prática e como melhorá-la. Os alunos se tornam mais conscientes do processo de ensino aprendizagem (Hernandez e Ventura, 1998).

Essa forma de aprendizagem tem aspectos relevantes, pois parte daquilo que interessa ao aluno e ele aprende a partir da experiência e reflexões com um mínimo de interferência do professor. Portanto, uma disciplina que trabalha por projetos de trabalho proporciona os

seguintes elementos: modelo de aprendizagem significativa; qualquer tema para trabalho; construção de argumentação para decisão sobre o tema; o professor tem papel de estudante, intérprete; o aluno tem papel de co-participante; o tratamento da informação tem orientação do professor; as técnicas de trabalho são índice, síntese, conferência, etc. (Hernandez e Ventura, 1998).

Em suma, segundo Morato (2003), o ensino realizado através da pesquisa se desenvolve partindo de quatro operações:

- Conscientizar-se de uma realidade: tomar consciência sobre as coisas do mundo, conhecer os discursos acerca deste mundo, observar criticamente a realidade;
- Questionar a realidade: buscar problemas, falhas, etc., tornando-se consciente sobre a realidade;
- Construir argumentos ou reconstruir conhecimentos: construir argumentos para justificar que um conhecimento é útil para a vida. Para tanto é necessário ler, experimentar, discutir resultados, entrevistar, consultar especialistas, etc.
- Validar os argumentos em forma de comunicação escrita e oral.

2- PROJETO INTEGRADO DE PRÁTICA EDUCATIVA VERSUS PROJETO INTEGRADO

Na grade curricular recém reformulada do curso de licenciatura em Música de uma Universidade Federal, em Minas Gerais, as disciplinas que tratam dos principais métodos, processos e metodologias de ensino de música são chamadas de Metodologia do Ensino e Aprendizagem Musicais (MEA), ministradas em três semestres (MEA 1, 2 e 3). Estas disciplinas estão vinculadas aos chamados PIPEs – Projeto Integrado de Prática Educativa. O PIPE é um “componente curricular integrador dos estudos desenvolvidos sobre temas pedagógicos e sua contextualização nos diferentes espaços educativos” (CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFU, 2005, p.8). Assim, paralelamente a carga horária de cada metodologia de ensino e aprendizagem musicais⁴ o aluno deve desenvolver trinta horas de projeto integrado de prática educativa. Desta forma, os alunos têm a oportunidade de articular os conhecimentos tratados nas disciplinas (MEA) através dos PIPEs.

Conforme a proposta dos PIPEs, esta prática pedagógica pode ocorrer através não só da atuação do aluno como professor em instituições de ensino, mas também como observador, pesquisador, entrevistador, ou ainda através da elaboração de materiais didáticos conforme os temas/conteúdos estudados na disciplina vinculada. Para cada PIPE os registros devem ser organizados sob a forma de um portfólio. Assim, para cada um o aluno terá arquivado pelo menos a proposta de trabalho (projeto) e o relatório final das suas atividades, podendo arquivar ainda entrevistas, diário de observações, fotografias, vídeos, etc. Os PIPEs, incluindo estes vinculados aos MEAs, são cursados durante seis semestres. Sendo assim, os resultados são apresentados ao final dos seis semestres em um Seminário de Práticas Educativas.

Já o antigo currículo do curso – até então chamado de Licenciatura em Educação Artística Habilitação em Música – era uma disciplina com nome semelhante (Projeto Integrado) que preenchia partes das funções dos PIPEs. O Projeto Integrado visava a interdisciplinaridade, e segundo Morato (2003, p. 04), ele pressupunha “como dinâmica a interação – mediante atitude crítico-reflexiva – de conhecimentos e conteúdos que compunham o quadro de disciplinas pedagógicas do curso, no sentido de organizá-los através

⁴ Na Metodologia de Ensino e Aprendizagem Musicais 1 a carga horária é de quarenta e cinco horas, para as demais (2 e 3) a carga horária é de trinta horas cada.

da interação de professores, alunos e demais profissionais ligados à área para realização de projetos conjuntos”.

Assim, pode-se observar na citação acima alguns pontos convergentes e outros divergentes entre o antigo Projeto Integrado com os atuais PIPEs. Extrair as mudanças ocorridas após a implementação do novo currículo no curso de licenciatura em música faz-se necessário para melhor compreender as deficiências superadas:

PROJETO INTEGRADO - DISCIPLINA NO ANTIGO CURRÍCULO (Morato, 2003)	PROJETO INTEGRADO DE PRÁTICA EDUCATIVA - DISCIPLINA DA NOVA PROPOSTA CURRICULAR (Gonçalves, 2006)
Compartilhava com os alunos a concepção de ensino-aprendizagem através da pesquisa como pressuposto fundamental para a (re) construção do conhecimento, bem como, do pensamento crítico, reflexivo e autônomo.	O ensino-aprendizagem ocorre não apenas através da pesquisa, mas também através da atuação em instituições de ensino, elaboração de materiais didáticos, enfim, toda prática que colabore para a relação entre teoria e práticas educativas desenvolvendo também o pensamento crítico, reflexivo e autônomo.
Instrumentalizava os alunos à busca de informações através das disciplinas musicais, músico pedagógicas, pedagógicas e de iniciação à pesquisa – já cursadas na universidade.	O aluno elabora e executa um plano de trabalho relacionado a uma disciplina cursada paralelamente ao PIPE. Não há exigência de ter cursado outras disciplinas como pré-requisito ao contrário do antigo Projeto Integrado que era realizado nos últimos períodos do curso, quando o aluno já estava terminando as disciplinas de pesquisa, provavelmente estava na última ou penúltima prática de ensino (estágio supervisionado), e, portanto já teria cursado as disciplinas musicais, pedagógicas e etc.
Estimulava os alunos ao exercício da responsabilidade e da autonomia sobre a própria aprendizagem através do tema a ser estudado, do agrupamento com colegas que tinham maior afinidade e /ou que interessavam pelo mesmo tema, da elaboração de registros escritos que materializassem a (re) construção do conhecimento sobre o tema estudado e da definição dos critérios de avaliação.	Também há o exercício da responsabilidade e da autonomia sobre a aprendizagem, porém, o tema é delimitado conforme o programa da disciplina a que o PIPE está vinculado. A elaboração e execução das propostas de trabalho ocorrem individualmente. E, por fim, geralmente a avaliação é predeterminada pelo professor.
Elaboração de um “índice” de programação do estudo do tema escolhido com os seguintes itens: argumentação, meta, lista do que se quer saber para atingir a meta, lista do que já se sabe sobre o tema, nova lista do que se quer saber, lista de tarefas ou	Há a elaboração não só da programação, mas de um Projeto, uma Proposta de Trabalho com os seguintes itens: espaço de trabalho, grupo escolhido, problemática, objetivos geral e específicos, referencial teórico-metodológico, recursos pedagógicos,

procedimentos (Hernandez e Ventura apud Morato, 2003).	cronograma e referências bibliográficas.
Levantava a bibliografia e demais fontes de pesquisa sobre os temas selecionados, realizava leituras críticas, promovia seminários e debates entre os colegas, organizava visitas e momentos de interação com profissionais em seus locais de trabalho, convidava profissionais para visitarem nosso curso e trazerem sua contribuição sobre os temas em estudo através de palestras, bate-papos, entrevistas, exposições, etc.	As referências bibliográficas usadas geralmente são as oferecidas pela disciplina paralela ao PIPE. Destes textos são feitas leituras críticas, seminários e debates, etc. A interação com os profissionais ocorre à medida que o aluno vai a campo realizar sua proposta de trabalho. Há também a comunicação no Seminário de Práticas Educativas após seis semestres cursando os PIPEs.
Elaborava registros escritos periódicos para organização e sistematização das informações investigadas em cada procedimento do estudo para serem entregues semanalmente ao professor da disciplina e após correção arquivados no portfólio.	Elaborar registros escritos periódicos para organização e sistematização das informações investigadas em cada procedimento do estudo para serem arquivados no portfólio.
Elaborar um registro (escrito, ou via mídia Cd/vídeos) de conclusão do conhecimento (re) construído durante o estudo.	Elaborar um registro escrito de conclusão do conhecimento (re) construído durante a realização do trabalho.
Organizar um portfólio do grupo para documentação, organização e sistematização do conhecimento (re) construído através dos registros.	O portfólio é construído individualmente já que o trabalho não é realizado em grupo.

3- A NOVA AÇÃO PEDAGÓGICA:

Como o novo Projeto Político Pedagógico havia acabado de ser implementado, eu e as demais professoras integrantes do Núcleo de Educação Musical, desta Universidade Federal, em Minas Gerais, buscamos construir uma forma de trabalhar os PIPEs. Particularmente, trabalhei com as disciplinas Projetos Integrados de Práticas Educativas⁵ (PIPE) e Metodologia de Ensino e Aprendizagem Musicais⁶ (MEA) em conjunto.

Para que as disciplinas funcionassem em parceria, utilizei os seguintes procedimentos: como os alunos, para elaborar uma proposta de trabalho precisavam escolher um dos temas propostos na disciplina paralela a cada PIPE – neste caso as Metodologias de Ensino e Aprendizagem Musicais (MEA), nas primeiras aulas do MEA procurava fazer uma

⁵ Constituído de uma carga horária de 30 hs individuais, sem encontros semanais obrigatórios. Estes encontros poderiam ocorrer caso o aluno solicitasse atendimentos extra-classe agendados com o professor orientador do PIPE.

⁶ Disciplina de carga horária de 30 a 45 hs, com aulas semanais.

explicação geral dos conteúdos programáticos e sobre a forma de elaboração das propostas de trabalho (projetos) imprescindíveis no PIPE. Isso não era explicado no PIPE porque o mesmo não tinha a obrigatoriedade de encontros semanais, como ocorrem nas demais disciplinas, deixando os alunos, assim, inteirados de suas obrigações nas duas disciplinas.

Fazendo esta explicação geral dos conteúdos programáticos, os alunos tinham condições de escolher sobre qual assunto poderiam elaborar uma proposta de trabalho e qual se encaixava melhor à sua prática pedagógica (caso já trabalhasse em alguma instituição de ensino). A partir de então, o aluno, através de referenciais bibliográficos disponibilizados pelo professor ou pesquisados pelo próprio aluno, começava a se inteirar da metodologia ou da proposta de algum pedagogo da área de educação musical sobre a qual iria desenvolver seu trabalho.

Através das orientações dadas nas primeiras aulas dos MEAs o aluno começava a construir sua proposta de trabalho: atuação como professor/educador, observador, entrevistador ou elaboração de materiais didáticos, etc. Para tanto, deveria ser entregue um projeto ao professor para que este tivesse conhecimento de como o aluno iria trabalhar relacionando a teoria que iria ser estudada na disciplina MEA com a prática realizada no PIPE, e, observar se seria necessário fazer intervenções ou dar orientações.

O projeto do aluno deveria conter informações sobre: o espaço/instituição em que iria desenvolver a proposta (podendo ser o local em que já atuasse como professor/educador); descrição do grupo escolhido (se eram alunos com aulas individuais, em grupo, ou outras; qual a faixa etária; características dos indivíduos – se possível; etc.); a justificativa explicando porque escolheu tal grupo, instituição e o referencial teórico-metodológico; os objetivos, ou seja, as metas a atingir com tal proposta de trabalho; o referencial teórico-metodológico, isto é, uma redação descrevendo o conteúdo da disciplina MEA que escolheu para realização do seu trabalho; os recursos pedagógicos necessários para desenvolvimento da proposta; um cronograma das atividades prevendo utilização das trinta horas exigidas para cada PIPE; e, as referências bibliográficas utilizadas para construção da proposta de trabalho.

Como dito anteriormente, tanto para elaboração como para desenvolvimento da proposta de trabalho o aluno poderia contar com a minha orientação enquanto professora da disciplina MEA com a qual o PIPE estivesse relacionado. Desta forma, o aluno compartilhava e solucionava dúvidas, dificuldades, etc. Também, tanto o projeto quanto o relatório final do trabalho de cada aluno tinham data pré-estabelecidas para serem entregues e avaliadas por mim. Durante o desenvolvimento da proposta não era necessário entregar relatórios semanais, ou ter meu acompanhamento *in loco*. Cabia a mim apenas orientar o aluno nas dificuldades que surgiam com o mínimo de interferência necessária. O aluno trabalhava de forma livre e autônoma fazendo seus registros e reflexões da maneira que escolhesse e que possibilitasse a elaboração de um relatório final além da comunicação do trabalho realizado no Seminário de Práticas Educativas que ocorreria ao final dos seis semestres cursando os PIPEs.

4- A SUPERAÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS DO ANTIGO CURRÍCULO E AS NOVAS ANGÚSTIAS CRIADAS PELA ATUAL PROPOSTA POLÍTICO-PEGAGÓGICA

Tenho refletido e discutido com outros profissionais a maneira como conduzi os dois semestres em que lecionei a nova disciplina Projeto Integrado de Práticas Educativas. Fazendo questionamentos sobre o fato de os alunos muitas vezes não alcançarem um nível de elaboração e execução de suas propostas e também da má elaboração de relatórios finais, questiono não só o pouco esforço dos alunos, mas também minhas exigências. Além de fazer paralelos com questionamentos e angústias de professores que ministraram ou ministram

atualmente os PIPEs, tenho somado a isso, minhas experiências como ex-aluna do curso, participante da antiga grade curricular.

No antigo programa vivenciávamos esta relação entre teoria e prática e a produção científica mais autônoma, apenas nas quatro Práticas de Ensino (estágio supervisionado) e na disciplina Projeto Integrado as quais ocorriam apenas nos quatro últimos semestres do curso. Desta forma, nos deparávamos com uma angústia seguida de medo por muitas vezes nunca ter atuado como educadores ou se quer ter observado a prática de profissionais da área. Tínhamos sim um acompanhamento, uma orientação e um suporte das professoras que ministravam as disciplinas de Prática de Ensino e Projeto Integrado, porém, ficávamos dois anos ou mais cursando as disciplinas musicais, pedagógicas, etc., sem atuar, relacionar, por em prática toda teoria estudada, o que, além de criar um receio quanto nossa futura atuação, tornava um pouco vago tudo que era exposto e discutido em sala de aula.

Nas Práticas de Ensino havia liberdade de escolha quanto ao lugar que iríamos estagiar, porém, determinados conteúdos e metodologias teriam que ser priorizados o que limitava um pouco a autonomia dos alunos. Enquanto estágio, sempre há registros, procedimentos a serem rigorosamente seguidos e apresentados ao professor, como planos de aula, relatórios, etc. Então, o momento de total autonomia, liberdade de escolha tanto de tema como de lugar de atuação, observação, etc., e também dos procedimentos a seguir ocorriam apenas no Projeto Integrado, ou seja, no penúltimo ou último semestre do curso.

Com a mudança da grade curricular, o novo Projeto Político Pedagógico proporciona ao aluno, desde o ingresso no curso, disciplinas (os chamados PIPEs – Projeto Integrado de Prática Educativa) que conduzem o aluno a trabalhos individuais elaborados e desenvolvidos com maior liberdade e autonomia relacionando conteúdos teóricos estudados com a prática pedagógica em diferentes espaços.

O que me angustiava nesta nova proposta curricular, mas que hoje me proporciona outra visão, é o baixo nível de elaboração escrita e a inexperiência dos alunos principalmente em relação aos projetos e relatórios de suas propostas de trabalho. Enquanto orientadora dos PIPEs, ao ler e avaliar as elaborações escritas dos alunos e mesmo nos atendimentos individuais que oferecia, sentia insegurança e despreparo dos mesmos. Porém, hoje percebo que uma das intenções dos PIPEs (lembrando principalmente das minhas experiências enquanto ex-aluna do curso) é antecipar estas angústias que antes ocorriam apenas ao final do curso, quando matriculados nas Práticas de Ensino (estágios supervisionados).

Assim, ao cursar um semestre após outro e matriculados nos PIPEs, vinculados às disciplinas teóricas (seis semestres) os alunos vão elevando seu nível de elaboração da escrita, solucionando ou pelo menos aprendendo a lidar com as angústias causadas pelas práticas educativas, e, acima disso, começam a ver funcionalidade ou mesmo refletindo criticamente sobre as teorias estudadas durante o curso.

Algo que causava estranheza, enquanto orientadora, era a indisposição de alguns alunos em procurar-me para atendimentos individuais. No entanto, refletindo sobre a proposta de ensino e aprendizagem pela pesquisa, esta pedagogia por projetos propõe autonomia e liberdade de atuação ao aluno, o importante é a comunicação oral e escrita sobre o desenvolvimento e reflexões entre teoria e prática dos alunos. Obviamente, como em qualquer proposta de ensino, há alunos que se envolvem mais com tal proposta do que outros. Por isso, tendo em mente o papel e responsabilidade do aluno em relação a sua formação acadêmica, quanto maior o seu grau de envolvimento com esta proposta, mais cedo ele encontrará respostas para determinadas questões que relacionam as teorias estudadas e as práticas pedagógicas, além de desenvolver a autonomia de elaborar e desenvolver propostas de trabalho.

CONCLUSÃO

Observa-se assim, o engajamento dos cursos de música nas universidades brasileiras em um movimento ativo de discussões, reflexões e (re) construções das suas propostas pedagógicas e grades curriculares. É questionada a formação profissional dos alunos destes cursos e há também uma preocupação com suas atuações no mercado de trabalho. Os pontos mais relevantes nesta movimentação são os princípios os quais regem as novas propostas que surgem, dentre eles, os que considero mais importante, e que foram aqui discutidos são: a articulação entre teoria e prática; a contextualização e a criticidade do conhecimento; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Coordenação, 2006).

Enfim, o relato desta experiência e as reflexões expostas têm a intenção de disponibilizar aos professores atuantes em cursos de licenciatura em música nas universidades brasileiras, um exemplo de prática pedagógica e de pesquisa em que os alunos contextualizam os fundamentos teórico-metodológicos em diferentes espaços educativos através de uma proposta de ensino pela pesquisa desde seu ingresso no curso superior de música. Buscando, desta forma, antecipar e solucionar determinadas angústias as quais surgem no momento em que o aluno tem que transportar os conhecimentos teóricos para sua prática.

Na forma relatada aqui o aluno se torna um indivíduo mais autônomo e reflexivo contextualizando a teoria em práticas educativas desde os primeiros semestres do curso de graduação, conseguindo, também, observar funcionalidade nos conteúdos propostos nas disciplinas da grade curricular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFU. *Resolução Nº 03/2005*: Projeto Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional da Educação. Uberlândia: UFU, 2005. p. 08.

COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE MÚSICA DA UFU. *Projeto Pedagógico Do Curso De Graduação Em Música*. Uberlândia: UFU, 2006. 74 p.

GONÇALVES, Shirley Cristina. *Plano de curso da disciplina Projeto Integrado*. Uberlândia, 2005. 3p. Mimeo.

_____. *Plano de curso da disciplina Metodologia do ensino e aprendizagem musicais 1*. Uberlândia, 2006. 4p. Mimeo.

_____. *Plano de curso da disciplina Metodologia do ensino e aprendizagem musicais 2*. Uberlândia, 2006. 3p. Mimeo.

_____. *Plano de curso da disciplina Projeto Integrado de Prática Educativa 2*. Uberlândia, 2006. 4p. Mimeo.

_____. *Plano de curso da disciplina Projeto Integrado de Prática Educativa 3*. Uberlândia, 2006. 4p. Mimeo.

HENTSCHKE, Liane. Relações da prática com a teoria na educação musical. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 2, 1993, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 1993. p. 49-67.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. Os projetos de trabalho: uma forma de organizar os conhecimentos escolares. In: *A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio*. 5, ed. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 61-84.

MORATO, Cíntia Thaís. Ensinar e aprender pela pesquisa: uma experiência com a Pedagogia por projetos na disciplina Projeto Integrado do Curso de Educação Artística Habilitação em Música da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 12, 2003, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2003. CD room.

MORAES, Roque. Produção numa sala de aula com pesquisa: superando limites e construindo possibilidades. *Educação*, Porto Alegre, v. 23, n. 40, p. 9-38, 2000.